

CIDADES E VILAS DO BRASIL COLONIAL: UM PERCURSO HISTORIOGRÁFICO ATRAVÉS DA IMAGEM E DA TEORIA

Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi*

APRESENTAÇÃO

Publicado em coleção comemorativa dos 500 anos do descobrimento do Brasil, *Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial* (São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial de SP) constitui catálogo da exposição de desenhos e aquarelas originais recolhidos como pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP que Nestor Goulart Reis e seus colaboradores Beatriz P. Siqueira Bueno e Paulo J. V. Bruna, professores da mesma escola, sob patrocínio público e privado, realizaram no Museu de Arte de São Paulo, MASP, ao final de abril de 2000.

Na forma de cópias, este acervo foi simultaneamente exposto no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, passando depois a circular por outras cidades do país. Também um álbum com seleção dessas imagens foi produzido para distribuição a escolas e venda ao público. Em 2002 ocorreu uma segunda edição da obra.

Nessa obra celebratória, Goulart retoma e amplia trabalho do início de sua carreira como pesquisador e docente, o *Catálogo da iconografia de vilas e cidades do Brasil colonial*, editado internamente à Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo ainda nos anos 60, quando organizava, com o auxílio de Bruna, então estudante, a documentação recolhida para sua primeira tese, “Evolução urbana do Brasil”, 1500-1720, defendida em 1964 e publicada em 1968.

* Faculdade de Arquitetura e do Urbanismo-Universidade de São Paulo.

O novo catálogo regala a sensibilidade plástica e a curiosidade histórica constituindo fonte de valor inestimável. São 329 ilustrações, a maior parte em cores, reproduzindo os originais de arquivos¹ de Portugal, Holanda, França, Estados Unidos, além dos do Brasil, e quase cem páginas de comentários sobre o valor documental de cada uma. Ele nos leva às cinco regiões do país, passando por 22 de seus estados, e resgatando o povoamento de pontos tão distantes como Belém do Pará, na foz do rio Amazonas, o Forte do Príncipe, na atual Rondônia, divisa com a Bolívia, a fortaleza do Rio Grande à beira do Atlântico no extremo leste, na atual cidade de Natal, ou a Vila de São Pedro do Rio Grande (RGS), no extremo sul, junto ao Uruguai.

As formas esquemáticas dos desenhos, geralmente técnicos, não impedem que a subjetividade do olhar do artista se manifeste, conduzindo o espectador, racional e emocionalmente, às origens sócio-culturais do Brasil, na época colonial. Imagens às vezes toscas, às vezes requintadas, sempre reveladoras da onipresente supervisão metropolitana, que exumam raízes plantadas no solo urbano e com isso redefinem a visão consagrada de que o meio agrário constituiu o berço da nacionalidade.²

Redefinem como? Eis uma pergunta cuja resposta envolve recuperar o início da carreira do autor, arquiteto, historiador e sociólogo, um dos pioneiros do estudo de nossas cidades enquanto espaços política e urbanisticamente planejados, defensor de tese contrária à de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, no capítulo “O ladrilhador e o sementeiro”.³ Como é sabido, Holanda postula que o português não teve em seus assentamentos na colônia americana o rigor de posturas geometrizarantes, como o espanhol, mas deixou os núcleos urbanos nascerem e crescerem ao acaso, como se brotassem de sementes jogadas

¹ Arquivos ou acervos das seguintes instituições: Brasil: Arquivo do Estado da Bahia; Salvador: Arquivo Histórico do Itamarati, Ministério das Relações Exteriores; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Exército; Rio de Janeiro: Biblioteca Municipal Mário de Andrade; São Paulo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca do Pará; Belém: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; Recife: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; São Paulo: Instituto Histórico da Bahia; Salvador: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamarati, Ministério das Relações Exteriores; Rio de Janeiro: Serviço Geográfico do Exército; Rio de Janeiro: Museu de Igarapé, Pernambuco.

Estados Unidos: New York Public Library.

França: Bibliothèque Nationale de Paris.

Holanda : Algemeen Rijkarchief; Haia: Koninklijke Bibliotheek; Haia: Maritiem Museum Prins Hendrik; Roterdam: Nederlandsch Historisch Scheepvaart Museum; Amsterdam: Stadsarchief Gemeente Deventer; Vereniging Historisch Museum, Roterdam.

Portugal: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa-Arquivo Nacional Torre do Tombo; Lisboa: Biblioteca Nacional; Lisboa: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Casa de Insua; Castendo: Direcção de Serviços de Engenharia, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar; Lisboa: Museu Botânico Bocage; Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

² Szmrecsányi, “Contribuição”, 1989.

³ Holanda, *Raízes*, 1956.

ao vento. Mesmo assim este célebre historiador, examinado a tese do iniciante Goulart, atribui-lhe nota máxima.

TESE

Para Goulart, a urbanização no país —entendida como fundação, expansão e afeiçoamento de núcleos e de uma rede urbana— tem identidade própria e explica-se por processos sociais mais profundos, cujo substrato são relações econômicas e políticas próprias à situação de heteronomia colonial e à estrutura social escravista.

Essa explicação refere-se, teoricamente, à capacidade diferencial de os núcleos urbanos apropriarem-se dos excedentes do campo pela troca, aproveitando esses estímulos para multiplicar atividade de trabalho no seu interior. Por outro lado ela concerne ao poder desses centros de tomar e efetivar decisões que afetam o território em diferente escalas, da local à transcontinental.

O ponto decisivo de sua tese é a afirmativa de que desde seus primórdios a urbanização da colônia incorporou o urbanismo quanto a planos de traçado, regulamentos, posturas. O que evidencia que a forma original das cidades brasileiras obedeceu decisões políticas pautadas por valores técnicos e artísticos, perseguidos por pessoal técnico de comprovada competência, além de sabidamente terem sido influenciadas por questões topográficas derivadas de critérios estratégicos militares e econômicos.

Segundo ele, isto se manifestou de modo mais claro na capital, Salvador, mas não significou que os diferentes tipos de núcleos urbanos gerados pelo processo colonial deixassem de expressar —o que ocorreu fortemente nas vilas— tradições de organização espacial da cultura popular portuguesa, redefinidas perante as condições ecológicas e de trabalhos locais.

Trata-se de uma colocação dialética: o plano existe, mas não predomina, as posturas e regulamentos são baixados, mas nem sempre obedecidos. Os núcleos urbanos, fisionomicamente, são contradições. De modo semelhante dialético, Goulart defende que embora a produção se desse nas fazendas, as cidades e vilas foram decisivas na organização socio-econômica dos primeiros séculos por intermediarem o contato dos colonos com o mercado e com a administração portuguesa, isto é, o Estado. E, além disso, por patrocinarem, enquanto lugar de encontro, a sociabilidade e a articulação cultural ou política de sesmeiros escravistas. Tornaram-se, portanto, essenciais para o encaminhamento do processo político-econômico colonial.

Há que se concluir-se que o berço brasileiro foi menos rural do que se costuma acreditar.

O funcionamento do meio urbano, por sua vez, expressa contradições mais profundas, pois, sendo o ponto de contacto entre os senhores, e de encaminhamento das mercadorias tropicais para uma Europa que se tornava capitalista,

depende, entretanto, inteiramente do trabalho do escravo, braços e pernas dos homens brancos.⁴ Nesses núcleos desprovidos de recursos técnicos o serviço do negro ou do índio⁵ produzia a vida material cotidiana, da qual dependiam a vida administrativa, a ideológica ou a celebrativa.

Completando o que já expressei uma vez,⁶ deriva-se daí que, de forma típico-ideal,⁷ o meio rural é o lugar do subjugado, mesmo que os senhores ali residam e ainda que o escravo não esteja ausente do meio urbano; já as vilas e cidade, à imagem da metrópole urbana por excelência, são o lugar comunitário das camadas livres, no exercício de algum comando, lugar dos dominantes, o qual, não obstante, só subsiste pela presença servil dos subjugados.

ORIGENS INTELECTUAIS

A tese de Goulart foi escrita pouco antes do golpe militar de 1964. A arquitetura e o urbanismo brasileiros desfrutavam então de grande apoio governamental e prestígio internacional –haja vista a construção e repercussão dos projetos de Lúcio Costa (urbanismo) e Oscar Niemeyer (edifícios) para Brasília, capital do país posta em funcionamento no deserto humano do então inacessível centro do país em pouco mais de três anos.

Não obstante, pouco se conhecia sobre a urbanização brasileira, inclusive sobre as características físicas das cidades existentes. Contavam-se nos dedos os bons estudos, feitos sobretudo sob a égide ou inspiração do Serviço (e depois Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como os da *Revista do Patrimônio* ou os livros de Mello Franco⁸ ou Vasconcellos.⁹

Na historiografia do meio urbano, os trabalhos tendiam a ser descritivos, confundindo-se às vezes com o memorialismo. O restrito interesse pela generalização, tinha como exceção já tornada clássica, o citado capítulo de Buarque de Holanda,¹⁰ de teor ensaístico, interpretando por meio da figura do sementeiro a herança portuguesa deixada em cidades de linhas irregulares, traçadas sem a rigidez imperial espanhola.

As análises objetivas da materialidade urbana no Brasil constituíam-se sobretudo como monografias geográficas (Monbeig, y Aroldo Azevedo,¹¹ cole-

⁴ Vieira, *Sermões*, 19945-1948.

⁵ Os índios, escravizados durante o primeiro século, sob pressão da Igreja católica foram declarados livres, porém tutelados. Sua dissimulação em massa e seu refluxo para áreas de distantes da costa, somados aos interesses do tráfico negreiro também pesaram nessa resolução da coroa portuguesa. Consulte-se Alencastro, *Trato*, 2000.

⁶ Szmrecsányi, “Contribuição”, 1989.

⁷ Weber, *Economía*, 1944.

⁸ Mello Franco, *Desenvolvimento*, 1944.

⁹ Vasconcellos, *Vila*, 1956.

¹⁰ Holanda, *Raízes*, 1956.

¹¹ Monbeig, *Croissance*, 1953; Azevedo, *Cidade*, 1958.

gas e discípulos), muito preocupadas com o crescimento e funções das cidades ou com a constituição da rede urbana, mas pouco com seu desenho ou arquitetura.

Toda essa bibliografia atingiu Goulart de modo profundo, embora não o satisfizesse em termos interpretativos. Em busca da teoria, já professor assistente na Faculdade de Arquitetura da UPS, ele cursou ciências sociais, no seu dizer por influência de Lourival Gomes Machado, na época diretor dessa escola, crítico e promotor das artes plásticas além de catedrático de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma universidade. A escolha desse curso não deixou, porém, de estar indiretamente afetada pelo clima intelectual internacionalmente reinante no pós-guerra.

No final dos anos 50 e início dos 60 a sociologia gozava dupla fonte de prestígio. Por um lado, em termos mundiais, os Estados haviam assumido, desde a reconstrução européia –ou até antes, no *New Deal* de Roosevelt– o caráter de promotores do bem estar social (*Welfare State*), requisitando o saber sociológico como referencial para escolhas de políticas de atendimento a populações carentes. Dentre estas políticas, destacou-se desde cedo o planejamento territorial para o soerguimento do Vale do Tennessee, guiado por um conceito de desenvolvimento amplo, de forma a envolver a prosperidade empresarial e a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Chegou-se então a planejar uma ou duas cidades, mas só depois da II guerra essa questão emergiu completamente.

Na Europa, os governos aplicaram a sociologia nos estudos para realojamento das populações desabrigadas pelo conflito, compreendendo o planejamento de núcleos urbanos completamente novos. Nos USA, políticas de reintegração social de ex-combatentes incluíram o financiamento da habitação, o que permitiu a proliferação dos subúrbios construídos pela iniciativa privada.¹² Já nos anos 60 as políticas públicas americanas de atendimento habitacional diziam respeito principalmente à substituição dos slums das áreas centrais, buscando a participação dos negros na sociedade da “afluência”,¹³ termo que expressava o significativo aumento do consumo de massa nesse país.

No panorama da guerra fria e da independência das últimas colônias européias, a questão da pobreza e do atraso das nações da América Latina, África e Ásia passou a ser enfrentada por organismos internacionais como a ONU, a UNESCO e a CEPAL, na formulação de diagnósticos, de causas e de políticas articuladas para promoção do que então se passou a designar “desenvolvimento”. Nesse quadro, a opção socialista de Cuba veio apresentar-se como modelo alternativo para a América Latina e a reforçar a convicção da indispensabilidade do planejamento econômico e da participação ativa, além de fomentadora, do Estado para vencer a inércia ou acelerar a mudança.

¹² Gottdiener, *Produção*, 1994.

¹³ Myrdal, *Teoria*, 1960; Galbraith, *Affluent*, 1958.

Tudo isso incentivou o trabalho universitário a voltar-se para o entendimento das condições de progresso econômico e social visando propostas de solução de problemas estruturais nos então chamados “países do terceiro mundo”.

No Brasil, a sociologia ganhava prestígio pela somatória dessas novas tendências mundiais a outra, deslanchada nos anos 20 com o Movimento Modernista, de resgate do valor povo nas contribuições à identidade nacional. Esta tendência cultural se consolidara, após a revolução de 1930, como política do Ministério da Educação e Saúde. O compromisso com a preservação e elaboração da cultura popular, articulado pelo literato, crítico, musicólogo e folclorista Mário de Andrade em sua atuação em São Paulo e como proposta de programa para constituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, moldou a consciência da intelectualidade de vanguarda.

Por outro lado, em 1934, o arquiteto Lucio Costa, reestruturador da Escola Nacional de Belas Artes, encarregado de preparar projeto para o prédio do referido Ministério —a ser construído, significativamente, como parte da renovação urbana da área onde fora fundada a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país—, convida Le Corbusier a participar da equipe de trabalho, transformando o edifício inovador que criaram num marco indelével do Brasil moderno.

Essas influências resultaram também nos primeiras publicações de análise do nosso patrimônio arquitetônico (Mello Franco, Vasconcellos, já citados), valorizadoras do período colonial, tratando não só da herança barroca, mas, num sentido amplo, da constituição de nossa civilização material, envolvendo desde a cronologia dos assentamentos à valorização da singela produção de mestres empreiteiros, destacada por Lúcio Costa em artigo no primeiro número da *Revista do Patrimônio*, como fonte de ensinamento para a arquitetura a ser feita no país renovado pela revolução de 1930.

As contrapartidas antropológica e historiográfica dessas mudanças compareceram nas sínteses de interpretação nacional, hoje clássicas, de Gilberto Freyre,¹⁴ Sérgio Buarque de Holanda¹⁵ e Caio Prado Jr.,¹⁶ em que os fundamentos socio-culturais e socio-econômicos da formação do país são analisados e redefinidos.

A posição defendida por Freyre, após estudo dos costumes cotidianos das famílias de proprietários rurais e senhores de engenho do nordeste, incluindo os escravos domésticos, é a da grande plasticidade da civilização criada nos trópicos pelos portugueses, valorizando o caráter mestiço de nossas elites, de nosso povo, e de nossa cultura, por sua adaptabilidade e tolerância. É bem conhecido seu conceito de luso-tropicalismo como prática criadora de uma civilização única e exemplar ante o racismo. Seus estudos posteriores sobre o meio urbano não alteram essas conclusões.

¹⁴ Freyre, *Casa*, 1936.

¹⁵ Holanda, *Raízes*, 1956.

¹⁶ Prado, *Formação*, 1942.

Também Holanda, ao considerar o brasileiro um homem fundamentalmente cordial (quer afetivo ou emocional, quer gentil), encara positivamente a cultura do país, mesmo que identifique em sua formação óbices sociais e econômicos. Já Caio Prado é um crítico implacável da herança colonial, colocando o escravismo como instituição central de nossa história, geradora do país, mas multiladora da nação.

A constituição em São Paulo de cursos superiores especializados em Ciências Sociais ocorre dentro desse clima intelectual de busca de auto-entendimento. Na USP, primeira universidade completa do país (1934), professores franceses formam dois nomes emblemáticos da chamada escola Paulista de Sociologia: Florestan Fernandes e Antônio Cândido de Mello e Souza. Os trabalhos destes pesquisadores na década de 50 resgatam a herança indígena, negra ou caipira¹⁷ e analisam os conflitos envolvidos no processo de dissolução da cultura folclórica ou tradicional sob o impacto da sociedade que se expandia dentro e a partir dos grandes centros urbanos.

Essa produção se opôs tanto à visão otimista porém conservadora de Freyre, quanto à concepção de fratura estrutural dos franceses Lambert e Bastide, ao identificarem a coexistência de dois Brasis, dois países opostos como pólos, um arcaico, fundamentalmente rural, localizado nas regiões nordeste, norte, centro-oeste, e outro urbano e “moderno”, localizado quase que exclusivamente no Sudeste e primordialmente nas metrópoles da época, Rio e São Paulo.

Essas preocupações com a polaridade “rural-urbano” ou “tradicional-moderno” originam-se da oposição comunidade-sociedade da sociologia de Tönnies que, absorvida pela sociologia e antropologia norte-americanas, vai se confundindo com, de um lado, a cultura mercantil das grandes cidades e, de outro lado, a cultura “atrasada” do pequeno produtor rural (Parsons, Park, Burgess, Redfield, Wirth). Transpor esta última idéia para as culturas dos povos colonizados ou para a cultura popular na América Latina foi um passo. Surgiu assim a teoria da modernização como fórmula para entender a mudança social própria ao século XX.

Mas no caso dos professores de São Paulo ocorre um aguçado interesse teórico pela formação da sociedade de classes (Fernandes, Cardoso, Ianni)¹⁸ e pela origem da mudança social, fenômenos impossíveis de explicar nos termos da modernização, uma vez que ela parte do meio do caminho, ou seja, da idéia difusão de um modelo de vida social já consolidado. A formação destes autores permite-lhes dominar uma vasta bibliografia francesa, alemã, inglesa e norte americana. Sabem contrapor Marx a Tönnies ou a Weber, Durkheim a Spencer. Sabem que São Paulo é o fulcro da expansão do capitalismo no país

¹⁷ O termo caipira designa grupos rurais, geralmente brancos, de São Paulo e das suas regiões de influência na época colonial, dedicados à produção familiar, mantendo traços peculiares e tradicionais de cultura e sociabilidade. Consulte-se Mello e Souza, *Parceiros*, 1964.

¹⁸ Fernandes, *Integração*, 1965; Cardoso, *Capitalismo*, 1977; Ianni, *Metamorfoses*, 1962.

e que modernizar-se significa adaptar-se aos valores e ditames da ordem social burguesa.

Sob o clima industrializante do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), ocorre a publicação do livro de Celso Furtado, ex-técnico da CEPAL, *Formação econômica do Brasil*,¹⁹ de inspiração prebischiana e keynesiana, logo transformado em clássico. Nele o dinamismo socio-econômico que arrancou o Brasil da estrutura colonial veio da mão de obra livre, da acumulação cafeeira e da indústria. A análise dos efeitos multiplicadores do café contem o pressuposto de que aqui se formara uma economia capitalista, produzido sob o regime de mão de obra livre e com formação de mercado interno fomentador da indústria. Esta, ao diversificar-se pelo apoio planejado do Estado transformando-se no setor principal da economia, estaria permitindo o avanço do país para o desenvolvimento continuado, com alto grau de autonomia frente a injunções externas.

Isto é, Furtado acreditava que o Brasil estivesse efetivando a tese cepalina. Ou, em palavras da época, derivadas do contexto teórico neo-clássico, por seu livro aprendia-se que a nação já havia avançado na “decolagem” (o *take off* de Rostow) do processo de desenvolvimento. Furtado, Prado Jr. e Holanda, assim como Freyre, constituem autores fundamentais para a argumentação de Nestor.

Assim, na década seguinte, de 60, aprofunda-se a necessidade de estudar as áreas industriais e urbanas como focos de desenvolvimento da economia e da nova sociedade. Exemplo disso são títulos como *Sociedade industrial no Brasil* ou *A crise do Brasil arcaico*, livros do sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes –colega de Departamento de Goulart na Faculdade de Arquitetura.

Nesses livros a urbanização é tratada em termos culturais, implicando na difícil mudança estrutural de uma sociedade patrimonialista para uma sociedade de classes gerada sob efeitos da industrialização e da burocratização das empresas ou do Estado. A nova cultura estaria pautada por valores competitivos e regulada pelas normas e instituições liberais, aproximando-se do modelo de sociedade “urbano-industrial”, concebido à moda européia e norte-americana.

Goulart não aceita os conceitos polarizadores –antigo versus moderno– em que se apóia a teoria da modernização, criticada por ele como concepção teleológica da história, na qual a mudança social é entendida como corrida cuja suposta “chegada” seria a sociedade urbano-industrial-consumista norte-americana. Sua rejeição desse raciocínio se faz em nome da história, que não se repetiria nem como farsa. Com isto ele em parte antecipa a uma postura que se tornou regra na década de 70 quando, sob efeito da revolta cultural internacional de 1968 e sobretudo da crítica à violência da ditadura militar reinante no Brasil e do modelo econômico adotado, se “redescobre” na academia

¹⁹ Furtado, *Formação*, 1959.

brasileira que deveria-se analisar o “capitalismo” e não apenas o fenômeno “urbano-industrial” ou a “industrialização”.²⁰

Mas o autor não emprega o conceito de capitalismo ou de modo de produção capitalista como a totalidade histórico-social que atribui sentido a cada elemento das instâncias cultural, política ou econômica. Tampouco rejeita radicalmente o argumento dualista. E a razão disso vem do seu método: se por um lado ele se opõe a uma concepção finalista do progresso, envolvida na teoria da modernização e também na teoria marxista do capital, por outro lado dá valor à dialética de idéia “síntese de contrários” como força modeladora do caráter idiossincrático da sociedade brasileira.

Nisso talvez tenha sido influenciado por Freyre, que pacifica o antagonismo senhor-escravo no conceito de civilização luso-tropical. Ou, provavelmente, pela antropofagia do Modernismo Paulista, que aponta e exige a deglutição do mundo europeu pelo caboclo²¹ como cerne da cultura brasílica. Foi influenciado, com certeza, pela apologia do método dialético feita por Fernando Henrique Cardoso na introdução à sua tese sobre a escravidão no sul do país, defendida nesses mesmos anos. E, também, pela leitura de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, publicado pela primeira vez no final da década de 50, texto em que é retratada a permanente reprodução do patrimonialismo formador do Estado luso-brasileiro em sob as várias ondas de modernização patrocinadas pelas camadas dominantes do país.

Pela maneira simultaneamente física e social com que define a urbanização, Goulart sente a necessidade de conjugar a historiografia estrutural com, por assim dizer, a “anatomia descritiva” da materialidade urbana. A primeira, muito prestigiada no Brasil pela presença fundadora na USP de Fernand Braudel, introdutor na *École des Annales* do tratamento de longos períodos, está inerente ao termo evolução, presente no título de seu primeiro livro, implicando processos lentos porém decisivos. A descrição, por sua vez, lhe permite dissecar o corpus ou o campo empírico específico do urbanismo, do planejamento territorial e da própria intervenção arquitetônica.

Ele busca visualizar os núcleos coloniais, comparar suas formas, desmembrá-los em suas ruas, praças e casas, compará-los em si, com antecedentes, com contemporâneos, com a lógica dos centros urbanos planejados. Sente necessidade de documentar, segundo as recomendações do patriarca Lúcio Costa, feitas em artigo já citado, ainda nos anos 30, não só publicadas na revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como consagradas pelos procedimentos práticos desse órgão na restauração do patrimônio material.

²⁰ Isto já estava pressuposto em Caio Prado Jr. e explicitado em teses dirigidas por Florestan Fernandes, como as sobre o escravismo, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, abaixo citadas.

²¹ Homem mestiço e rude, representando o povo brasileiro.

Mas não se trata de documentar por documentar, num preparo sem fim da escrita da história. Trata-se de levantamento armado pelo objetivo de entender razões e causas, ainda carente de teorias mas definindo-se como uma etapa básica de seu método de trabalho, na qual a imagem tem um papel decisivo.

OBJETO EMPÍRICO DE ESTUDO: DADOS

Ele visita e fotografa desde estudante. O litoral norte do estado de São Paulo, o cinturão caipira da capital paulista, os remanescentes das várias fases desta cidade em mutação no século XX. Fotografa o Rio de Janeiro e Salvador, esta ainda pouco alterada. Também o Recôncavo Bahiano e o Nordeste. Interessa-se por núcleos urbanos de vários tamanhos, por suas interligações constituindo redes, pelo meio rural. Passa a colecionar sistematicamente reproduções de imagens antigas das vilas e cidades brasileiras: panoramas, vistas, plantas, mapas regionais.

Documenta fachadas, volumes e interiores dos edifícios, principalmente na sua relação com a rua, com a quadra, com o lote. Edifícios públicos e privados: os ricos e também os médios e os pobres. A casa grande e o casebre. Os conjuntos compondo ruas ou praças. As sedes de fazendas menores, paulistas, fluminenses, mineiras, baianas. Enfim, o rural e o urbano, os espaços, as linguagens e os traçados.

Não se trata de escolher pelas feições. Como ensinava Bruno Zevi, a arquitetura é mais do que estilo. Mais, também, que expressão de racionalidade ou sensibilidade. Para Goulart, nesse momento, o critério de seleção é antropológico e não somente técnico ou artístico. Seu conceito de arquitetura está rente ao vernacular: é o de produto social realizado pelo trabalho, o mais das vezes sem a assinatura de um arquiteto, algumas vezes com a de um engenheiro. O importante é que tenha representatividade tipológica e será tanto melhor se vier combinada a qualidades plásticas e construtivas. Porque cada tipo tem de ser entendido e avaliado como herança cultural da sociedade, a ser valorizado pela crítica competente. O meio construído é um depósito histórico de relações sociais interpretadas, na prática, por múltiplos produtores do espaço, alguns dos quais artistas.

Essa visão lhe permite captar o urbano como totalidade, não apenas como contexto de obras eruditas. A obra arquitetônica construída resulta assim, de possibilidades e necessidades sociais que são resolvidas por um intérprete—seja ele um técnico diplomado ou um artífice prático—que as atende com sua capacidade, pessoal ainda que socialmente transmitida, resolvendo o ajustamento entre técnica, uso e sentido.

Poder-se-ia concluir que, para Goulart, o valor da arquitetura ou do urbanismo só pode ser estabelecido pelo pensamento crítico, socialmente susten-

tado. Para ser valorizado enquanto “arte” o projeto precisa sensibilizar exatamente por resolver problemas de organização edificada do espaço expressando um pensamento universal e respeitando o meio cultural em que se insere. Com isto, de novo a mensagem de Lúcio Costa se faz presente: o respeito às condições físicas e culturais “locais” devem inspirar a necessária adequação dos assentamentos brasileiros aos melhores padrões da arquitetura e do urbanismo internacionais, defendida pelo patriarca do Movimento Moderno do país.

Desta forma, tanto as lições nacionalistas do Serviço do Patrimônio, embebidas do senso popular de Mário de Andrade e de Lúcio Costa, como aquelas do curso de ciências sociais estão inseridas no recorte de seu objeto de estudos. Como mais tarde explicitou o autor Goulart:²²

a partir do grupo do Rio de Janeiro, é possível reconhecer uma linha de influência que poderíamos chamar de “Tradição do Patrimônio” [...] De certa forma fundiam-se aí duas tendências, de um lado uma busca nacionalista, de afirmação das raízes culturais do país. Do outro, uma tendência de fundo esquerdista de acreditar que a cultura popular, devidamente decantada, criaria soluções plásticas de grande valor, que deveriam ser os pressupostos da arquitetura modernista. Por volta de 1952 e 1953 essa linha de pensamento foi reforçada em nossa faculdade por um contato mais estreito com o professor Alcides da Rocha Miranda, pertencente aos quadros do SPHAN, vindo especialmente do Rio de Janeiro para lecionar na FAU, ampliando as influências do arquiteto Luiz Saia, diretor do SPHAN em São Paulo, que despertou em numerosos estudantes interesse pelos aspectos sociais da arquitetura e do urbanismo e por seu estudo na história. Saia, como colaborador direto de Mário de Andrade, trazia uma bagagem metodológica que se aproximava da etnografia e da arqueologia e, como consequência, de uma visão antropológica da arquitetura.

Não obstante, Goulart redefine os valores que orientam seu estudo do passado. Ele mantém a historiografia como sustentáculo da escolha de princípios da organização dos espaços a serem construídos. Mas, diferentemente dos autores e técnicos da primeira fase do SPHAN, valorizadores apenas dos produtos dos três primeiros séculos da formação nacional, em *Quadro da arquitetura* e em escritos posteriores, como *São Paulo e outras cidades*, ele interessa-se também pelas ocorrências arquitetônicas neoclássicas e ecléticas do século XIX ou do início do XX. Ele as recupera quer como documentos de sua época, quer como depositárias da capacidade da engenharia nacional de assimilar novas técnicas e aprimorar sua racionalidade construtiva.

Esses últimos períodos não são vistos como “incoherentes”, como dotados de pouca originalidade ou como expressões de rebuscamento estilístico, mesmo porque não são considerados primordialmente do ponto de vista da linguagem. Pelo contrário, Goulart procura sob os exemplares do neoclássico ou do eclético a importação e a adaptação local de novas tecnologias, de novos conceitos

²² Reis, “Algumas”, 1994, p. 42.

sobre estruturas construtivas e de espaços criados, relacionando-os ao racionalismo do XIX europeu, considerando fonte do movimento moderno em termos internacionais. A arquitetura desse período, bem como intervenções urbanísticas no Rio ou em São Paulo no início do século XX, são estudadas como gestadoras de capacitação técnica nova, requerendo e conotando novas maneiras de conceber e articular os espaços.

Assim o XIX é legitimado como período de germinação do moderno, suas edificações sobrepondo-se nesse papel àquelas de singeleza rústica remanescentes de séculos anteriores, já que estas haviam sido construídas com materiais, mão de obra e conceitos superados, enquanto as primeiras permitam inovações. Evidências exemplares de que Goulart defende esse sentido são a exposição e o catálogo sobre a obra de Victor Dubugras, arquiteto franco-argentino estabelecido em São Paulo, pioneiro na integração de espaços com uso do concreto armado (principalmente em projeto de estação ferroviária em 1913), que ele organizou para a Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo em 1997.

PERIODIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO

Goulart vai perceber as diferenças trabalhando com grandes recortes de tempo e de espaço, o que lhe permite captar a evolução anunciada no título de seu primeiro livro. Nesse texto –*Evolução Urbana do Brasil, 1500-1720*– o recorte temporal do objeto de estudos resulta na percepção de mudanças de sentido na gestão metropolitana, enquanto o recorte espacial permite a distinção entre cidade e vila, bem como leva à utilização do conceito de rede urbana.

O estudo comparativo entre momentos dos dois primeiros séculos da colônia mostra a passagem da descentralização administrativa de mais de cem anos à centralização ocorrida após o término do domínio espanhol (1580-1640). Há justificativas para seu período começar em 1500 muito embora não se fundem núcleos urbanos nos primeiros 32 anos do século XVI. Goulart entende que nesse intervalo a urbanização européia já se beneficia dos lucros do comércio do pau-brasil e que uma rede urbana intercontinental já se esboçava no processo de a metrópole conectar por meio de feitorias territórios e populações tribais.

1720, tomando como ponto final da análise, é data da revolta cujo fracasso leva à morte pública sob despedaçamento corporal do líder Felipe dos Santos na principal vila do ouro, em Minas Gerais. Trata-se de uma revolta tipicamente urbana. Revolta dos portugueses no Brasil contra o fisco da coroa. O Estado, portanto, já não tem a adesão irrestrita de todos os homens livres da colônia. Os interesses de camada com nova identidade germinavam do solo urbano. Começava a se delinear o perfil do Brasil.

Quanto ao objeto espacial, entender as origens do Brasil implica em considerar regiões muito diferentes e como permaneceram unidas. O grande te-

território não pode ser mantido sem uma rede hierarquizada de núcleos. Para a coroa assim como para os portugueses no Brasil, há inimigos externos, que invadiram e saquearam inúmeros portos, e inimigos internos, consubstanciados no escravo.

O poder da metrópole, encarnado em seus militares e funcionários, é melhor expresso nas cidades. E é só na cidade que as regras urbanísticas da metrópole se fazem sentir de início. O núcleo original da capital da colônia, Salvador, é projetado por um engenheiro militar segundo recomendações emanadas da coroa, sendo sua maquete enviada a Portugal para exame e aprovação. Entretanto, na maior parte da Terra Brasilis, a metrópole é um poder distante e esporádico que não se dispõe a regular vilas e aldeamentos jesuíticos dos indígenas. A autoridade da metrópole é preservada porque está encarnada nos próprios portugueses nos Brasis ou, enquanto é lhes é benéfica, em seus descendentes, portugueses ou mamelucos dos Brasis.

Na medida em que cresce a representação dos segundos, a questão da autoridade será disputada. Antes de 1640, a gestão dos núcleos urbanos é feita pelos homens bons das câmaras municipais e, ante a distância física de um governador geral ou um capitão-mor, a câmara desfruta grande autonomia. Os portentados locais substituem, portanto, a coroa na atuação sobre a vida cotidiana dos colonos.

Mas a história é mudança e os personagens se transformam. O centralismo administrativo da Restauração (1640) provoca atritos com os colonos até então autônomos. A urbanização se expande na colônia sob a economia do ouro, que multiplica o número de homens livres. Gera-se a paulatina mudança ideológica da situação de portugueses no ou do Brasil a agentes com interesses em comum distintos dos da metrópole, ou seja, a protagonistas ansiosos pelo comando do seu território e de seu futuro.

Correspondendo a um maior controle, garantia dos termos da exploração metropolitana, a centralização manifesta-se, dentre outras formas, pela multiplicação de posturas urbanas e urbanísticas. A perda de autonomia das câmaras municipais acaba trabalhando contra o poder expropriador metropolitano. As camadas de homens livres ressentem-se do aumento do domínio político e econômico e a revolta se organiza nas cidades. Está, portanto, alterado o sentido da urbanização na colônia.

Assim, no ciclo do ouro, sob os influxos formadores de uma civilização urbana, os mineradores vão deixando de se perceber como portugueses. Ali, no quadro barroco valorizado pelo SPHAN, estariam brotando raízes nacionais. Esta diferença é considerada significativa o bastante para que Goulart corte pelo meio seu estudo, limitando-o a apenas uma parte do período colonial. O nacionalismo da intelectualidade de vanguarda, explicitado nos anos 20 pela Semana da Arte Moderna realizada no Teatro Municipal de São Paulo e oficialmente incentivado pelo Ministério da Educação depois de 1930, perdurava nos anos 60, impregnando a visão da história do arquiteto-sociólogo.

ANÁLISE: DIÁLOGO COM O VISÍVEL

Para Goulart a leitura da linguagem dos edifícios ou espaços construídos pode ser traduzida como o diálogo com a esfinge. Ao analista não cabe apenas apreciá-las, mas sim decifrá-las ou ser devorado em sua contemplação. A decifração de imagens se realiza pela identificação dos projetos e significados sociais dos espaços que representam. Projeto não só técnico e artístico, mas também social e político.

Nessa busca do projeto que orientou a obra, esta em si mesma, suas ruínas ou suas imagens são tratados como documentos, seja das intenções, desejos e desígnios de seu(s) idealizador(es), seja da sua capacidade concreta –técnica e econômica– de realizá-lo. Em ambos os casos o autor sente-se capaz de identificar na disposição dos espaços, idéias geradoras, princípios normativos, aspirações de identidade.

Não é possível aqui discutir se seu procedimento se aproxima ou não da semiótica ou da iconologia,²³ mas certamente trata-se de uma tentativa de hermenêutica das formas. Esse deciframento de sentidos atinge tanto significados racionais, quanto emocionais. É no livro *Quadro da arquitetura no Brasil* que isto se torna patente.

Esquemáticamente, pode-se estabelecer os passos de sua análise. De imediato, o exame das imagens de projetos de edificações busca verificar a integração-separação dos espaços e identificar com que técnicas teriam sido construídos. As relações e a organização do trabalho são decisivas compreender estes pontos. As edificações coloniais, por exemplo, dificilmente poderiam ser compreendidas sem a escravidão e mesmo sem certa ociosidade do escravo de lavoura, pela grande disponibilidade de mão de obra que manifestam.

Avançando a partir desses aspectos, a análise procura descobrir o programa solicitado, o que, envolvendo usos, vai exigir o conhecimento dos costumes, privados ou públicos, das modas e, de novo, das relações de trabalho nos serviços. Finalmente, a análise vai reconhecer o partido adotado e decodificar a linguagem escolhida, entender em que relações humanas cotidianas implica, que âmbito de controle espacial permite, que aspirações de projeção ou domínio social ele revela.

Nos dois livros principais aqui analisados, Goulart tem necessidade de identificar tipos empíricos de organização espaço, significativos quer por serem freqüentes, quer por indicarem alguma forma de transformação das relações sociais. Classifica esses tipos num trabalho em que a descrição entra como etapa de reconhecimento, agrupamento e diferenciação, chegando a categorias a serem explicadas.

²³ Porphyrios, *Methodology*, 1981.

E vai além, quando busca seu programa de atividade e considera o ajustamento da solução formal aos usos e às relações de produção envolvidas. Edifícios coloniais representativos de instituições como o Estado, da Igreja, da família patriarcal são reconhecidos como conotando poder e autoridade, mas não os trata exclusivamente como expressões ideológicas, mas também como produtos do trabalho.

Com relação à leitura dos significados dos edifícios, ele mostra que os estilos ou detalhes decorativos são reveladores não só de épocas e gostos, mas de sentidos de indentificação com, ou repúdio à, sociedade local ou à metrópole.

O que, no caso de um plano de cidade, pode constituir um projeto estratégico atingindo regiões as vezes muito vastas, como o caso de Belem do Pará, dignificada como porta de entrada do Atlântico para a bacia amazônica pela construção de gradioso projeto de instalações portuárias e governamentais no século XVIII, dentro das estratégias de Pombal, ministro português, para controle da região.

Assim, em ambos os casos, o projeto enquanto desígnio não pode ser encarado como criação que antecede a obra, uma idéia pura. Ele só se revela enquanto possibilidade efetiva de ser obra construída. Nesse sentido, o fundamento epistemológico da análise é o materialismo e não o idealismo.

Por outro lado, a análise é ideológica e subjacentemente comparativa, pois seleciona parâmetros do presente para diferenciar momentos significativos do passado. A racionalidade do projeto arquitetônico é avaliada segundo padrões e normas emanados do movimento arquitetônico moderno. Por exemplo: no exame e avaliação técnica das imagens, são observadas a independência ou conexão entre estrutura e vedação, a possibilidade de vãos livres, os cuidados com a insolação, a ventilação, a comunicação com o exterior, com os espaços públicos, etc., critérios facilmente reconhecíveis como inerentes ao movimento.

Quanto ao urbanismo, vão ser considerados os traçados das vias públicas, sua largura, a formação de espaços públicos e sua destinação, as dimensões dos lotes, as testadas e os fundos, a forma de implantação dos prédios nas áreas decorrentes, a relação dos espaços edilícios com a rua, a verticalidade ou a horizontalidade das massas construídas, buscando entender se foram ou não regulamentadas ou se seguiram alguma orientação técnica. Também aspectos de regulamentação legal e de gestão, como o cuidado com a limpeza de vias e sua manutenção para o tráfego, serão captados das posturas municipais.

No caso da análise urbana, poder-se inferir que a preocupação com o plano e as regularidades do desenho ou às normas e regulamentações persegue, implicitamente, as condições precursoras do planejamento das cidades, planejamento que constituía como palavra de ordem da política européia após a II grande guerra e que se redefinia no Brasil, superando o desenho urbano, no momento histórico em que ele escreve. Por meio da Universidade, Goulart pretende ser um arauto dessa perspectiva planejadora, pela qual o urbanismo passa a ter as

tarefas de se reconceituar para operar como parte de amplas políticas de desenvolvimento.

ANÁLISE: AGENTES

Assim, para ele os núcleos urbanos são obra de muitos agentes. Para a análise, seus produtores devem ser agrupados em categorias. Que categorias? Como sociólogo o autor sabe que o conceito de classes tem restrições históricas, podendo ser aplicadas à colônia apenas num sentido muito geral, retratando exploradores e explorados. Seu uso implicaria em não poder especificar outros aspectos restritivos das relações de produção e sugerir vantagens do trabalhador livre, o que seria anacronismo no período tratado. Por isto ele emprega o conceito com cuidado, para caracterizar os grandes agentes da sociedade colonial –os escravos e os senhores– mas procura analisar os homens livres urbanos diferenciando categorias profissionais.

A presença do escravo garante a construção e a reprodução cotidiana das cidades e vilas coloniais, erigindo-as, dando-lhes de comer, de beber, transportando-as, evacuando seus detritos. Ele é um personagem indispensável à história da materialidade urbana, dando forma aos núcleos, a estradas e caminhos que os conectam, sustentando seu funcionamento nos espaços públicos e nos edifícios. Mas o escravo não decide. Não escolhe o que será construído, nem o que a cidade oferece em termos de serviços ou bens no sistema de trocas com o meio exterior. Seu papel difere, portanto, enquanto produtor, daquele de seus senhores. Esse papel foi analisado por Goulart simultaneamente à redação de sua tese, aparecendo primeiro em artigos pela imprensa e mais tarde publicados no referido *Quadro da arquitetura no Brasil*.

Já os senhores, grandes e menores, interessam enquanto formação das categorias dirigentes locais e de profissionais (ou oficiais) propriamente urbanos, tendo em vista obter alguma perspectiva do dinamismo que pudessem imprimir à urbanização. Enquanto produtores de serviços, são comerciantes ou religiosos; enquanto produtores de bens, são artesãos que se somam aos lavradores, estes “urbanizados” pela presença nas vilas e cidades ao menos nos dias santos. Todos eles importam sobretudo como integrantes do Estado –os “homens bons”, proprietários e mesmo artesãos, membros das câmaras municipais– capacitados a definir regras relativas ao território e a área urbana.

Como entender o Estado nessa sociedade de senhores e escravos submetidos todos a uma metrópole ultramarinha? Quem são os donos do poder numa colônia? Seriam o rei e a aristocracia de Lisboa ou seus representantes militares e burocráticos na colônia? Seriam os fazendeiros, sesmeiros ou donos de engenho? Essas categorias seriam diferentes nas diferentes capitâneas da colônia? O mameluco preador de escravos da São Paulo seiscentista ou o faiscador de

ouro nas Minas Gerais setecentista teriam o mesmo terrível e multiseular poder de mando do senhor de engenho nordestino? E os comerciantes do tráfico negreiros luso-brasileiro? Ou os flamengos estabelecidos em Pernambuco sob o governo de Maurício de Nassau?

Goulart percebe que há que distinguir seu poder por época e por região. Na Bahia, ou mesmo no Rio dos Correia de Sá, os grandes são os traficantes de escravos, mais do que os fazendeiros, mesmo que entre estes, assim como entre os mineradores, o número de escravos conte como distinção de poder. Em São Paulo são os armadores de “bandeiras” e “monções”, seus financiadores e maiores beneficiários, mais poderosos que os chefes militares dessas expedições, respectivamente, preadoras de índios ou comerciais. De toda forma, os personagens que realmente decidem e articulam o cumprimento de ordens estão nas cidades e mesmo e nas vilas de articulação regional ou inter-regional, como São Paulo. Trata-se de núcleos cujos dirigentes, sob a descentralização administrativa portuguesa, se posicionam com a independência de cabeças de território, mas que urbanisticamente não recebem o mesmo tratamento que as cidades.

OBJETIVOS: CIÊNCIA E VALORES

Academicamente os objetivos do autor resolvendo-se no plano da busca do conhecimento objetivo. Em *Evolução urbana do Brasil* trata-se primeiro de caracterizar as especificidades do processo de urbanização no país por meio do reconhecimento de suas origens. Em segundo lugar, trata-se de demonstrar a validade da hipótese da presença do plano, ou seja, do desenho-desígnio (Artigas) na urbanização colonial. Já em *Quadro da arquitetura* trata-se de enriquecer o conhecimento do meio construído evidenciando o poder da análise socio-cultural.

Não obstante, essas finalidades se integram ao objetivos ideológicos relacionados à tarefa de entender a formação da identidade nacional e de valorizá-la ante eventuais sentimentos de inferioridade de um país subdesenvolvido.

Como todo historiador, Goulart quer conhecer o passado a partir dos problemas do presente. Como todo arquiteto, quer projetar, moldando o futuro. Nesse sentido amplo, os objetivos de seus trabalhos são ajudar a construir a cidade de sua época, entendendo sua origem e sua lógica como condição de bem construir seu futuro. Não é ocioso lembrar que entre 1962 e 1964, quando ele escreve sua tese, a construção de Brasília resplandecia como a grande alvora da do desenvolvimento.

O autor pensa em termos do planejamento territorial e urbano, ainda em fase incipiente no país, mas que alguns anos depois veio a ser oficialmente implementado pela ditadura militar. Na academia conhecia-se o trajeto desse

planejamento no exterior, desde as reformas urbanísticas modernizantes de Viena e de Haussmann, ou de sua defesa nos USA pela American Association of Planning antes mesmo de Roosevelt, até sua frutificação após a segunda guerra nos países europeus ocidentais.

Nesse momento, além Brasília, o país já contava com a instalação no vazio de duas outras capitais estaduais projetadas como um todo, e já instituíra em 1958 um órgão de planejamento regional, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Além disso o governo do estado de São Paulo experimentara estudos de planejamento físico microregional da Grande São Paulo, ou preparara a construção de hidrelétricas no Vale do Paranapanema.

Goulart não estava alheio à essas práticas, cujos aspectos políticos e efeitos condutores da urbanização o atraíam. Após a defesa de sua tese, colocou as experiências de planejamento urbano europeias recentes em discussão no seu Departamento na FAU-USP. O projeto e a gestão urbanos integram-se, por intermédio do planejamento, ao seu modo de conceber a historiografia. Esta é, por excelência, o recurso para o entendimento de grandes problemas. Ela tem de tomar por base uma visão estrutural das transformações sociais, nas quais se incluem os grandes projetos de um Estado operante e regulador.

Trata-se de uma historiografia que conseqüentemente requer o apoio de grandes teorias.

TEORIA

Sua historiografia não se detém no relato. São hipóteses explicativas que orientam o exame da documentação recolhida em busca de provas. Esse exame é relativamente fácil quando se trata de evidenciar ou caracterizar o plano. Mas buscar a lógica dessa materialidade, compreender porque o plano existe, entender porque se escolheu determinada configuração, perceber razões da formação e transformação dessas cidades e vilas primeiras, de modo a obter um conhecimento científico da realidade constitui um propósito ambicioso, que exige teorias adequadas.

Adequadas no sentido de serem capazes iluminar os sentidos, as vezes semi ocultos, da documentação no apoio à construção de uma interpretação sustentável ante a contraprova e à crítica lógica.

Na elaboração de sua tese, a documentação iconográfica recolhida foi complementada com a leitura de atas de Câmara dos primeiros núcleos, em especial as da vila de São Paulo. Mas as teorias disponíveis pouco ajudavam a interpretação dos dados. Eram pouco significativas para a situação nacional, ideologicamente viesadas, lacunosas. A sociologia americana era a única que tentara, com a ecologia de Chicago, alguma generalização reunindo forma e cultura urbanas.

Analisando esta cidade no início do século XX, cientistas sociais norte-americanos elaboraram o modelo urbano de círculos concêntricos²⁴ espalhados ao redor do núcleo dedicado aos negócios, cada um delimitando uma área com especialização funcional e ocupacional, algumas segregadas como guetos, outras apenas com as peculiaridades culturais da etnia ali predominante ou pelo tipo de atividades dos usuários, modelo cujo caráter estático seria dinamizado por conceitos como expulsão e sucessão.²⁵

Essa concepção já fora atacada por repousar no pensamento biológico de seleção natural e evolução das espécies, sendo, portanto, pouco crítica acerca da transposição de modelos epistemológicos das ciências naturais para as análises de situações humanas. Não obstante, sabe-se que Darwin concebeu sua teoria inspirado pela situação social britânica do início do século XIX, em que o mercado conduzia à destruição dos mais fracos pelos mais fortes. Isso significa que a teoria da Escola de Chicago naturalizou as relações de mercado que regiam a configuração e a transformação dos espaços dessa cidade. Evidentemente Goulart não poderia aplicá-la a uma ordem jurídica e econômica em que a terra ainda não se constituía em mercadoria, ou seja, ao caso do Brasil colônia.

Na verdade ele rejeita as idéias de Burgess em favor de outras com dificuldade de adaptação semelhante mais talvez de anacronismo menor. Escolhe trabalhar com as generalizações de Weber feitas a partir da Europa ocidental renascentista, passando a entender a cidade como o fenômeno que, apoiado na concentração demográfica e na presença de um mercado de trocas com o campo, é fundamentalmente definido pela constituição, a partir de conflitos políticos, de uma comunidade cívica, autogerida. Trata-se do conceito típico-ideal weberiano pelo qual a natureza da cidade residiria na constituição de dessa comunidade autoconsciente e autodirecionada, batalhando por direitos e defendendo suas conquistas.

A riqueza do conceito de Weber repousa na idéia de cidadania como requisito indispensável para o entendimento das cidade-Estado, do Estado nacional e da democracia européia, categorias cuja culminância empírica se encontraria, segundo esse autor, na Europa centro-ocidental e não propriamente na mediterrânea, onde o fenômeno urbano é mais antigo. Essa afirmativa parece ser inconteste com relação a Flandres, onde seguidas revoltas urbanas comandadas pelas burguesias locais deram origem entre os séculos XV e XIX à Holanda e Bélgica atuais, e a regimes democráticos (Pirenne).

Os frutos de tal concepção para a discussão da evolução urbana brasileira ficam evidentes no corte final do período compreendido pela tese de Goulart, pois, como já foi apontado, a revolução de Felipe dos Santos adquire

²⁴ Burgess, *Urban*, 1926.

²⁵ Szmrecsányi, "Escola", 1988.

importância como indício do brotar exatamente dessa solidariedade social na busca de direitos básicos comuns, implícita na cidadania. Mas as limitações da cidadania no Brasil, ou até da soberania do país, estavam patentes nos anos de redação da tese, ao ponto de os conflitos sócio-políticos internos e externos da época desembocarem no golpe de 1964 e na ditadura militar que durou até 1985.

Assim, poder-se-ia pensar que o conceito weberiano contraria a própria matriz histórica da urbe brasileira, que comparada a ele seria a não-cidade porquanto constituída por moradores sem autonomia, ou não-cidadãos, subordinados a um Estado nacional que não ajudaram a constituir. No entanto, o que mostra a tese de Goulart é que sob a descentralização do primeiro século a cidadania existiu, na vila de São Paulo talvez mais que na primeira capital, Salvador. Cidadania limitada aos brancos proprietários de escravos, mas incluindo artesãos. E, com a revolta na vila do ouro em 1720, a cidadania tornou a querer se manifestar sob o poder centralizado. Assim, o conceito weberiano foi altamente germinador de interpretações, ao ponto de poder ser aplicado para definir um ponto de inflexão do processo de constituição da nacionalidade, ou de início de uma nova tendência na urbanização.

Cabe acentuar que o Estado, fenômeno precoce na península ibérica, é a condição primordial para a colonização das Américas e formação de suas cidades, fato que o próprio autor reconhece de partida. Portanto, ao lado desse conceito de “cidade = comunidade de cidadãos”, deveria ser colocado o “cidade = centro da dominação” inerente ao próprio termo de metrópole e envolvido na teoria marxista das relações cidade-campo. Ambos os conceitos e os veios teóricos em que se inserem são explorados na tese, muito embora superficialmente, sem que suas incompatibilidades ou complementaridades sejam discutidas ou até, talvez, percebidas. O que aflora no texto tem a ver com a solidariedade de classes pretendida pelo nacionalismo nas batalhas pelo desenvolvimento, própria da ideologia populista dominante não apenas entre políticos e eleitores, mas também entre os acadêmicos do período.

Não obstante estes óbices, as renovações teóricas das décadas seguintes, desde a filosofia de Henri Lefèbvre, à sociologia de Manuel Castells ou à geografia de Milton Santos, mostraram, internacional e nacionalmente, o acerto das críticas a Chicago e da busca de esquemas explicativos que incidissem sobre a força das relações sociais na organização dada ao espaço por seus produtores. Mostraram ainda que também o âmbito espacial escolhido por Goulart para sua análise era fundamentalmente adequado ao tema da evolução urbana, pois a totalidade a ser considerada não poderia ser apenas definida na escala dos núcleos, fossem cidades ou vilas, mas sim e sobretudo na escala intercontinental, como se percebe hoje sob a globalização.

As relações metrópole-colônia, nas incidências iniciais do capitalismo, poderiam ser melhor caracterizadas e analisadas como formadoras de redes ou

“sistemas” urbanos, renunciando seu âmbito mundial. Mas Goulart é prudente a esse respeito. A generalidade do conceito capitalismo e dificuldade das explicações de seu movimento histórico parecem ter afugentado seu interesse por esse tipo de teoria. Mesmo porque as generalizações derivadas da análise das ocorrências européias dos séculos XVIII e XIX não poderiam ser anacronicamente transpostas para os séculos anteriores compreendidos por seu trabalho.

Curiosamente, porém, o Brasil, cuja capacidade estrutural de sintetizar opositos lhe era não só familiar como analiticamente atraente, incluiu no seu passado colonial o controle pelo capital comercial de Flandres da produção escravista açucareira, como já havia defendido Furtado. E como revelam as duas invasões e o domínio militar pelos holandeses, na primeira metade do século XVII, das áreas produtoras de açúcar no nordeste da colônia. Assim, talvez Goulart devesse considerar que aqui se inaugurou uma das mais precoces formas abortadas do modo de produção capitalista.

Em sua defesa pode-se dizer que um analista hoje clássico do antigo sistema colonial –Fernando Novais–, poucos anos depois publica tese em que pretere o conceito de acumulação capitalista pelo de “acumulação primitiva”, entendendo o comércio colonial como venda extorsiva, feita em condições de monopólio, própria à dominação estatal mercantilista fundada no “exclusivo metropolitano”.

Há, no entanto, no trabalho de Goulart outra insinuação teórica com afinidades com o evolucionismo marxista e construída sobre bases arqueológicas. O conceito amplo de urbanização por ele abraçado é o de um processo de divisão do trabalho que se evidencia quando uma pequena parcela da população de comunidades agrícolas deixa definitivamente o trabalho rural impondo-se militar e ideologicamente aos demais e passando a ser por eles mantida em troca da defesa de estoques de alimentos, da água para irrigação, ou do saque de populações forâneas.

A inspiração direta provem do antropólogo Gordon Childe e também de Arthur Korn. Mais tarde Goulart preferiu a contribuição de Eric Lampard, autor que explica o aparecimento da urbanização da humanidade de forma mais esquemática, apontando como necessária a conjugação de quatro tipos de variáveis: demográficas (crescimento e densidade populacional), tecnológicas (agricultura irrigada), organizatórias (formação de uma camada dominante de guerreiros e sacerdotes) e culturais (capacidade de controle ideológico da população e de escrita para controle dos celeiros).

Aplicadas à situação colonial, essas idéias são fundidas às de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado sobre a formação econômica do Brasil quando mostram que a colônia origina-se do comércio ultramarinho constituindo-se como retaguarda rural da prosperidade européia. Se isto estava implícito nos conceitos liberais da doutrina da divisão internacional do trabalho pregada pelo império britânico desde o século XIX, a idéia é redefinida nos anos cinquenta do século

XX pela teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU, liderada por Prebisch e incorporando Furtado) da necessidade da industrialização (urbanizadora) para o desenvolvimento autonomizante das nações subordinadas ao imperialismo.

A contribuição de Goulart consiste em acrescentar que a economia da colônia intensificou o processo de urbanização na Europa, com menores efeitos no seu próprio território, já que a maior parte dos resultados do trabalho no campo se transferiu para os centros metropolitanos. E, não obstante, a rede urbana aqui também se constituiu e estendeu lentamente, ajudando a entrelaçar os dois continentes, com pessoas, produtos e idéias. A capital da colônia foi a maior beneficiária desta parte do processo, recebendo alguns estímulos (inclusive os urbanísticos) por seu papel gestor-repressor-simbólico em favor da metrópole. As vilas, presas mais frouxamente à metrópole, configuraram-se em rede, como cabeças de ponte de um mercado interno em formação.

A respeito da importância desse ponto destaque-se que, próxima das posições cepalinas mas inspirada por Ignácio Rangel,²⁶ estava a tese de doutoramento de Paul Singer, professor da Faculdade de Economia da USP, orientada pelo grande mestre da escola sociológica paulista, Florestan Fernandes, defendida em 1964 e editada em 1968 com o título de *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*.

Singer parte da diferenciação entre os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento. Para ele o desenvolvimento envolveria necessariamente a transformação da estrutura produtiva do país, de modo a inverter a força dinâmica de seus dois setores de mercado: o de exportação de produtos primários, inserido na divisão internacional do trabalho do século XIX, e o de consumo local, originado do primeiro e progredindo à sua sombra até ser capaz de criar, sustentar e diversificar a indústria. Este último processo tendencialmente reduziria a zero a produção de subsistência e liquidaria a dependência da dinâmica provinda dos mercados internacionais.

Goulart, apesar de desenvolvimentista, não dialoga com Singer, mesmo porque no início dos anos 60 este ainda redigia sua própria tese. A influência é de Furtado, especialmente quando este calcula, em *Formação econômica do Brasil*, que 80% ou mais dos rendimentos da produção açucareira da colônia, no seu auge, isto é, entre 1560 e 1650, portanto durante o domínio holandês de sua comercialização na Europa, permaneciam nesse continente.

Quanto à teoria que o leva à interpretação dos tipos de agentes, é evidente que uma explicação da estratificação social fundamentada exclusivamente nas relações de trabalho lhe permitiria apenas contrastar escravos e senhores. Goulart precisava entender o que diferenciava os homens livres entre si. Nesse

²⁶ Ex-membro da equipe econômica de Vargas. Em trabalho publicado em 1957 adota concepção dualista da economia brasileira. Consulte-se Rangel, *Dualidade*, 1957.

momento ele é, mais do que nunca, um misto de historiador, sociólogo, político. Sabendo que os conceitos sociais têm limites contextuais históricos de aplicação, não se arrisca nos perigos da anacronia: categorias concebidas para períodos mais recente —como o conceito de classe social, moldado com matéria prima da sociedade europeia do século XIX— não dariam conta da realidade colonial. Seus agentes são ao mesmo tempo mais palpáveis e mais abstratos do que as classes, estamentos ou castas.

Assim, passa a descrever categorias quase ocupacionais —como os artesãos. Parece querer classificá-los para entender sua capacidade organizatória, como pedia a teoria de Weber sobre a comunidade urbana medievo-renascentista protocapitalista. Como já se viu, está expressa nessa postura uma interrogação sobre como na população urbana em formação está o embrião da cidadania. Ele quer saber quem são aqueles que teoricamente poderiam vir a constituir uma nação, ou seja, o futuro que transformaria a colônia em país, o que necessariamente exclui o escravo (mas não os negros e mulatos livres), sem direitos mínimos.

Procura, portanto, o fundamento da nacionalidade nas profissões de homens livres e não na etnia (o negro, o mulato ou o mameluco, por exemplo), fundamentando a revolta colonial no sentimento de exploração econômica e perda de direitos civis anteriormente gozados. Não o interessa, por outro lado, trabalhar a idéia burguesa do individualismo como fonte das batalhas pela liberdade, das possibilidades e limitações legais do cidadão ou do empresário. Apoiado em Faoro reconhece como patrimonialista a ordem dos homens livres da colônia, apontando, com isto, a herança política do Brasil urbano do século XX.

NACIONALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E HISTORIOGRAFIA

O industrialismo das políticas econômicas promovia as metrópoles do sudeste —Rio e São Paulo— como fulcro dinâmico da modernização tecnológica e de costumes, onde ocorriam as melhores oportunidade de ganhos para todas as classes. A indústria também fazia delas pólos de organização de trabalhadores, possibilitando sua participação política. A massa urbana passava cada vez mais a pesar nos confrontos de poder entre as elites, motivando o populismo. Assim, a oposição à pobreza e a defesa da conquista de melhores padrões de vida e consumo vão se instalando no programa de alguns partidos e orientando a reflexão de vanguardas intelectuais.

O projeto nacional que deu sentido e respaldo à atuação cultural do Ministério da Educação e Saúde (Fonseca), constituindo uma das faces do modelo nacional-desenvolvimentista implantado por Vargas, perdurava quase incontestemente nas décadas de 50 e 60. A presença do Serviço do Patrimônio criado pelo grupo de intelectuais que reuniu no ministério se fez sentir não só nas origens

das edificações modernas no Brasil, mas também na historiografia acerca da arquitetura e das cidade construídas.²⁷

Conforme já foi apontado, Goulart foi fortemente influenciado pelos procedimentos de análise para restauração aplicados pelo Serviço de Patrimônio em âmbito federal ou estadual. Essa influência fica explícita em texto do próprio autor:

Um outro critério de atuação do SPHAN de grande importância foi o de fundamentar toda a ação de preservação e restauração em atividades de pesquisa. Tomando a pesquisa como critério básico da relação entre teoria prática, os arquitetos do SPHAN realizavam o que, naquele momento, ainda não existia nos cursos de arquitetura... Uma grande parte da produção intelectual desse grupos tomava como ponto de partida questões que emanavam da prática local, deixando de ser um mero reflexo retardado das preocupações de profissionais de outros continentes. Sendo um núcleo importante de arquitetos modernistas, o SPHAN acabou por influenciar teoricamente o movimento no Brasil e conferiu-lhe peculiaridades que o distinguem entre os demais países.²⁸

Na obra de Goulart, a revisão de procedimentos de escrita da historia da arquitetura e do urbanismo recebidos de mestres europeus e norte-americanos introdutores dessas disciplinas decorre de seu compromisso valorativo com o conhecimento da realidade nacional. Para tanto procura diferenças específicas do país. Estas são evidenciadas através do olhar epistemologicamente materialista lançado às técnicas construtivas e às formas de trabalho empregadas na colônia, no império, na república e suas ligações com os mais recônditos valores abraçados pelos protagonistas envolvidos.

A atenção dada por ele à rusticidade da produção feita com a mão de obra escrava, ou às deficiências da produção em série pela falta de melhoramentos tecnológicos, ou, ainda, à falta de preparo da força de trabalho livre acabam por conduzir sua análise da organização territorial para dentro de um quadro interpretativo de natureza político-econômica que, em última análise, constitui-se como um estudo das condições do desenvolvimento.

O sentido de resgate da cultura popular do país mobilizava uma parcela crescente da universidade brasileira. Tratava-se de captar suas manifestações regionais, numa leitura condutora ao reconhecimento de seu valor enquanto tradição e arte. E também à sua inserção inspiradora da forma brasileira de participação na modernização tecnológica do capitalismo internacional por meio do conhecimento erudito. Entre essa *intelligentzia* perdurava o compromisso de pensar e propor políticas inclusivas e setoriais para a nação, que foi abafado depois pela ditadura militar.

²⁷ Bruand, *Arquitetura*, 1981; Segawa, *Arquiteturas*, 1997.

²⁸ Reis, "Algumas", 1994, p. 42.

BALANÇO FINAL

Dentro desse quadro, a historiografia de Goulart se coloca para o analista de hoje com os méritos e problemas de uma historiografia nacionalista e pioneira. Teoricamente, nem sempre as opções feitas resolveram as questões levantadas. Metodologicamente, há lacunas de mediações na exposição que impedem a completa ligação entre a explicação econômica ou política e a forma de atuação concreta dos agentes. Ideologicamente, o sentido de “nação” é contraditório, colocando-se a exploração e os conflitos no passado, mas obscurecendo-os no presente.

Mais do que isto, a historiografia de Goulart parece ter repousado em pressupostos discutíveis. Ela parece ter sido confiante demais no progresso social decorrente da industrialização e da urbanização, o que se mostrou falso nos anos subseqüentes, destruindo ilusões relativas à autonomia alcançada pelo país e sobre a fatalidade de um grande destino para a nação e seus arquitetos.

Não obstante, trata-se de historiografia que tem o arrojo de se tentar estrutural, materialista e teórica. Tem também o mérito de afirmar um conceito amplo de arquitetura e dos espaços construídos, bem como o valor documental de suas imagens, quando essas posições academicamente não tinham legitimidade plena. Tem erudição e o apêio de uma bibliografia clássica e vasta. Tem o empenho em fazer ciência, com teorias, dados e interpretações generalizantes. E tem o compromisso com o conhecimento da realidade nacional, que, mesmo valorizando-se o internacionalismo, sob os percalços trazidos pela globalização, mais do que nunca deve ser respeitado.

BIBLIOGRAFÍA

- ALENCASTRO, LUIS FELIPE DE, *O trato dos viventes*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- AZEVEDO, AROLDO, *A cidade de São Paulo*, São Paulo, AGB, 1958.
- BASTIDE, ROGER, *Brasil terra de contrastes*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1959.
- BRAUDEL, FERNAND, *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992, c. 1949.
- BRUAND, YVES, *Arquitetura contemporânea no Brasil*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.
- BURGESS, ERNEST, *Urban Community: Selected Papers from the Proceedings of the American Sociological Society*, Chicago, Chicago University Press, 1926.
- CARDOSO, F. H., *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio, Paz e Terra, 2a. ed., 1977.
- CASTELLS, MANUEL, *La cuestión urbana*, Mexico, Siglo XXI, 1978.
- CHILDE, GORDON, *Evolução social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- COSTA, LÚCIO, *Documentação necessária*, Porto Alegre, Centro Acadêmico-FAU-UFRGS, 1962.
- FAORO, RAIMUNDO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1958.

- FERNANDES, FLORESTAN, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Dominus, 1965.
- FIRTH, RAYMOND, *Elements of Sociological Organization*, Londres, Watts, 1951.
- FONSECA, MARIA CECÍLIA L. DA, *O patrimônio em processo*, Rio de Janeiro, UFRJ-Minciphan, 1997.
- FREYRE, GILBERTO, *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.
- _____, *Sobrados e mucambos: decadência do patriciado rural e desenvolvimento urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- FURTADO, CELSO, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- GALBRAITH, JOHN KENNETH, *The Affluent Society*, Nova York, New American Library, 1958.
- GEDDES, PATRICK, *Cidades em evolução*, Campinas, Papirus, 1994.
- GOTTDIENER, MARK, *A produção social do espaço urbano*, São Paulo, Edusp, 1994.
- HIORNS, FREDERICK, *Town Building in History*, Londres, Hanap, 1956.
- HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- IANNI, OCTAVIO, *Metamorfoses do escravo*, São Paulo, Difel, 1962.
- KORN, ARTHUR, *A história constrói a cidade*, São Paulo, FAU-USP, 1971 (folh.).
- LAMBERT, JACQUES, *Os dois Brasis*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1959.
- LAMPARD, ERIC, *Aspectos históricos da urbanização*, São Paulo, FAU-USP, 1971 (folh.).
- LE CORBUSIER, *A carta de Atenas*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1989.
- LEFÈBVRE, HENRI, *Le droit a la ville*, Paris, Anthropos, 1968.
- _____, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 4a. ed., 2000.
- LOPES, JUAREZ R. B., *Sociedade industrial no Brasil*, São Paulo, Difel, 1964.
- _____, *Crise do Brasil arcaico*, São Paulo, Difel, 1967.
- MALINOWSKI, BRONISLAW K., *Uma teoria científica da cultura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- MARX, KARL, *Le capital*, Paris, Éditions Sociales, 1960.
- MELLO FRANCO, AFONSO ARINOS DE, *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1944.
- MELLO E SOUZA, ANTÔNIO CÂNDIDO, *Os parceiros do Rio Bonito*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.
- MONBEIG, PIERRE, *La croissance de la ville de São Paulo*, Grenoble, Allier, 1953.
- MORSE, RICHARD, *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*, São Paulo, Difel, 1970.
- MYRDAL, GUNNAR, *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1960.
- NOVAES, FERNANDO, *Portugal e o Brasil no antigo sistema colonial. 1777-1808*, São Paulo, Hucitec, 1979.
- PARSONS, TALCOTT, *The Social System*, Londres, Tavistock Publications, 1952.
- PORPHYRIOS, D. (ed.), *On the Methodology of Architectural History*, Londres, Architectural Design, 1981.
- PRADO JR., CAIO, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1942.
- _____, *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1945.
- RANGEL, IGNÁCIO, *Dualidade básica da economia brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

- REIS FILHO, NESTOR GOULART, *Evolução urbana do Brasil*, São Paulo, Pioneira, 1968.
- _____, *Quadro da arquitetura no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1972.
- _____, "Algumas raízes" in MARIA IRENE SZMRECSÁNYI (ed.), "O estudo de história na formação do arquiteto", Anais de Seminário, números especiais de *Pós*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, vol. I, 1994, pp. 40-44.
- _____, *São Paulo e outras cidades*, São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____, *Victor Dubugras*, São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 1997.
- _____, BEATRIZ P. B. DE SIQUEIRA E PAULO BRUNA, *Vilas e cidades do Brasil colonial*, São Paulo/Edusp/Imprensa Oficial, 2000, 2a. edição, 2002.
- REDFIELD, ROBERT, *The Primitive World and its Transformations*, Ithaca, Nova York, Cornell University Press, 1953.
- _____, *Cultura folk e a civilização*, São Paulo, FAU-USP, 1971 (folh.).
- ROSTOW, R. R., *Etapas do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SANTOS, MILTON, *A natureza do espaço*, São Paulo, Hucitec, 1996.
- SEGAWA, HUGO, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, São Paulo, Edusp, 1997.
- SIMMEL, GEORGE, "Metrópole e vida mental" in *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SINGER, PAUL, *Evolução urbana e desenvolvimento econômico*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968.
- SZMRECSÁNYI, MARIA IRENE, "A escola sociológica de Chicago", *Sinopses*, USP-FAU, núm. 11, 1988, São Paulo.
- _____, "A contribuição de Caio Prado Jr. aos estudos de urbanização" in M. C. D'INCAO (org.), *História e ideal*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____ (ed.), "O estudo de história na formação do arquiteto", Anais de Seminário, números especiais de *Pós*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, vol. I, 1994, vol. II, 1995.
- TÖNNIES, FERDINAND, *Communauté et société; catégories fondamentales de la sociologie pure*, Paris, Presses Universitaires de France, 1944.
- VASCONCELLOS, SYLVIO DE, *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1956.
- VIEIRA, ANTONIO (padre), *Sermões. Pregações na colônia, século XVII*, Porto, Lello e Irmão, 1945-1948.
- WEBER, MAX, *Economía y sociedad*, México, FCE, 1944.
- WIRTH, LOUIS, "Urbanismo as a Way o Life" in *On Cities and Social Life*, Chicago, The University of Chicago Press, 1964.
- ZENHA, EDMUNDO, *O município no Brasil, 1532-1700*, São Paulo, Progresso Editorial, 1948.
- ZEVI, BRUNO, *Saber ver a arquitetura*, São Paulo, Martins Fontes, 1994.



Tomada de Francisco Morales Padrón, *Historia general de América*, Madrid, Espasa-Calpe, 1962, t. v, p. 621 (Serie Manual de Historia Universal).